

## **O ORNITORRINCO RIDES AGAIN: O CRÍTICO DEVE TER ATUALIDADE BEM AGARRADA PELOS CHIFRES<sup>1</sup>.**

### **THE PLATYPUS RIDES AGAIN: THE CRITIC MUST HAVE THE PRESENT HELD BY ITS HORNS**

Renato Franco<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O trabalho parte da análise de Roberto Schwarz sobre o mal-estar - originalmente identificado por Silvio Romero – na cultura brasileira a fim de demonstrar ser este resultante não de questões raciais, mas de vicissitudes da estrutura social do país, que comporta enorme desigualdade entre as classes. Em seguida, examina a permanência desse mal-estar realçando como tal desigualdade acarretou também a desigualdade cultural; ao mesmo tempo identifica as várias tentativas, historicamente situadas, de superá-lo. Nessa direção, destaca a mudança da “consciência amena do atraso” para a “consciência catastrófica do atraso”, apontada por Antonio Candido, vinculando a essa última a formação de uma consciência sobre o caráter subdesenvolvido do país e identificando criticamente os esforços desenvolvimentistas – sob o enfoque fornecido pela Teoria da Dependência – para superar tal condição. Nesse movimento analítico, o ensaio procura também conectar tal esforço com os movimentos culturais verificados especialmente na literatura brasileira e, em alguns casos, no cinema – sempre destacando a dificuldade das camadas populares de terem acesso à produção cultural mais significativa. Por fim, examina como o Estado Exterminista instalado no país após 1968 soterrou – ou dificultou enormemente – os esforços para superar tal mal-estar e condenou a maioria da população a consumir apenas aquilo que Adorno chamou de “semicultura”. O trabalho termina questionando quais rumos seriam hoje possíveis para a produção cultural desejosa de voltar a enfrentar o problema.

**Palavras-chave:** Cultura e desigualdade de classes; Análise social da produção cultural brasileira; Cultura e subdesenvolvimento; Pensamento crítico brasileiro: Antonio Cândido e Roberto Schwarz; Teoria Crítica no Brasil.

---

<sup>1</sup> O título é evidente referência – e homenagem – ao livro de Francisco de Oliveira *Crítica da razão dualista, O ornitorrinco*. São Paulo, Ed Boitempo, 2003. A frase complementar é de Walter Benjamin. O texto foi originalmente apresentado como conferência no 5º Colóquio Teoria Crítica na Universidade Federal de Lavras. Setembro, 2018.

The title is an obvious reference – and tribute - to the book of Francisco de Oliveira, *Critique of Dualistic Reason, The Platypus*. São Paulo, Ed Boitempo (Publishing House), 2003. The complementary phrase is by Walter Benjamin. The text was originally presented as a conference of the 5th Colloquium Critical Theory at the Federal University of Lavras. September, 2018.

<sup>2</sup> Professor livre docente (aposentado) da FCL UNESP Araraquara. Coordenador do GEP Teoria Crítica: tecnologia, cultura, formação na UNESP. Coordenador editorial (com Pucci, B e Valentin, F.) da Coleção Teoria Crítica Editora Nankin, São Paulo.

## Abstract

Starting from Roberto Schwarz's analysis of malaise in Brazilian culture, the work shows that it results not from racial issues, but from vicissitudes of the Brazilian social structure, which entails enormous inequality between classes. The essay examines the permanence of this malaise in the country, highlighting how this inequality generates cultural inequality and analyzing several historically situated attempts to overcome it; and highlights the shift from the "soft conscience of backwardness" to the "catastrophic consciousness of backwardness", pointed out by Antonio Candido. In this analytical movement, the essay also tries to connect this effort with the cultural movements verified especially in the Brazilian literature and, in some cases, in the cinema. The essay ends by questioning what directions would be possible today for cultural production desirous of facing the problem again.

**Keywords:** Culture and Class Inequality; Social analysis of Brazilian cultural production; Culture and underdevelopment in Brazil; Brazilian critical thinking: Antonio Candido e Roberto Schwarz; Critical Theory in Brazil.

## I

Em um ensaio intitulado “Nacional por subtração”<sup>3</sup> Roberto Schwarz aponta uma das maiores dificuldades enfrentadas pela produção teórica avançada em país subdesenvolvido: a condição da vida intelectual, na qual as concepções teóricas tem prestígio em função das modas acadêmicas internacionais e não por sua capacidade de abarcar e explicar problemas materiais reais. As consequências disso são devastadoras: enredada na lógica de tal moda, ela perde o fio da meada. Sem linha de continuidade, se vê incapaz de refletir em profundidade sobre o local em que se insere e tampouco herda os problemas formulados ou examinados pelas gerações anteriores, parecendo assim estar condenada a partir sempre do zero e impedida de “constituir um campo próprio de problemas com inserção e duração histórica próprias”<sup>4</sup> – situação agravada em países marcados pela experiência ditatorial<sup>5</sup>. Essa

---

<sup>3</sup> SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração” in **Que Horas são? Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>4</sup> SCHWARZ, obra citada, p. 31.

<sup>5</sup> Condizente com essa concepção, Roberto Schwarz desenvolve fragmentariamente em vários ensaios crítica à recepção brasileira da filosofia francesa contemporânea, em especial do desconstrucionismo, como em “Nacional por subtração” (1987, p.35-36) ou em “Adequação nacional e originalidade crítica” (in *Sequências brasileiras*, 1999, p. 26), entre outros. No ensaio “Fim de século” (in *Sequências Brasileiras*, 1999) Schwarz afirma que a filosofia desconstrucionista - diante da desqualificação da experiência histórica proporcionada pelo nacional-desenvolvimentismo – parece “uma descrição vulgarmente empírica de notórios equívocos e desenganos contemporâneos” (p. 159).

difficuldade coloca um problema essencial para os pesquisadores que adotam como prisma metodológico a Teoria Crítica da Sociedade: esta, para honrar seu conceito, deve prioritariamente se insurgir contra tal lógica e constantemente indagar o que significa produzir Teoria Crítica em semelhantes condições materiais – não deixando inclusive de questionar sua própria inserção na vida acadêmica do país. Caso contrário, ela corre o risco “de funcionar como uma chinfrininha teoria tradicional de coisa nenhuma e ainda por cima mobilizada com pompa e circunstância dos grandes acacianos para os fins da mais trivial dominação de classe”.<sup>6</sup>

## II

A análise da vida cultural no Brasil implica desde o século XIX certo mal-estar, fartamente anotado por vários pesquisadores ao longo de nossa história. No mencionado ensaio Schwarz enfrenta a questão em perspectiva histórica ao apontar como ela foi configurada no século XIX por Sílvio Romero. Segundo este, Machado de Assis teria produzido uma obra em todos os sentidos distante dos problemas reais do Brasil e da história nacional, assim como da cultura efetiva da população local. Em outros termos, Romero acusava Machado de imitar ou copiar a produção cultural estrangeira, notadamente a europeia, contribuindo desse modo para a formação de uma cultura postiça e elitista no país. O argumento de Romero pressupõe ser a disposição para copiar resultante de um traço racial do caráter nacional: ou seja, os “mestiços e assemelhados” tenderiam naturalmente à imitação servil.

Schwarz examina – e pulveriza - o argumento ao demonstrar ser a tese fundamentalmente uma ideologia “no sentido marxista do termo”, já que serviria para recobrir o fato decisivo de que só a elite econômica e intelectual – aqui coincidentes – escrevia (ou pintava, etc.); isto é, copiava. Encarada com crueza, a disposição para a cópia não resultaria de uma questão racial - salienta o crítico -, mas de uma questão social: mais precisamente, da estrutura social brasileira, que comportava (o verbo pode ser conjugado no presente) enormes disparidades originárias do período colonial. Para dizer de outra maneira: o mal-estar,

---

<sup>6</sup> ARANTES, Paulo E. “Apagão” in **Zero à esquerda**. São Paulo: Ed. Conrad, 2004, p. 24.

comprobatório da enorme distância entre a maioria da população e a classe dominante – intelectuais incluídos - objetivamente resultava do modo de formação do Estado nacional, visto que a independência não acarretou substancial transformação da estrutura de classes nem tampouco da produção; ao contrário, ela teria implicado uma colaboração íntima entre a continuação da opressão colonial – baseada na exploração do trabalho escravo – e o mundo burguês. Conseqüentemente, Schwarz realça a natureza de semelhante estado: diferentemente do que se poderia comumente pensar, ele não seria “atrasado”, mas “fruto da história contemporânea” – isto é, estava na ordem do dia na atualidade capitalista mundial. Dessa maneira, fica evidente ter sido o trabalho escravo exigido pelo modo de inserção internacional do país no século XIX.

Convém nesse ponto – interrompendo provisoriamente a exposição - chamar a atenção do leitor para a natureza do argumento desenvolvido por Schwarz, que rompe com a linearidade histórica e com o raciocínio convencional. Seu procedimento é contraintuitivo: em vez de considerar a escravidão como um arcaísmo, como sobrevivência anômala do passado remoto no presente (século XIX, no caso) - que deveria ser eliminada em nome do “progresso” e da hora histórica -, nosso autor a equipara à modernidade capitalista realçando, de quebra, ser ela o instrumento privilegiado para inserir o país no mercado internacional; ou seja, a novidade do argumento implica ainda um refinado procedimento dialético, que consiste em não separar, na análise da situação brasileira, a situação interna da externa. Dessa maneira, o raciocínio tem alcance amplo e insuspeitado: o país adotava a escravidão a fim de melhor viabilizar sua inserção na cena mundial capitalista - fato que, porém, de algum modo o desabona; mas, inversamente, o capitalismo internacional, ao necessitar de semelhante fenômeno também mostra um traço perverso, que coloca em dúvida o “progresso” histórico e seu caráter “civilizado”. O argumento desenvolvido por Schwarz, enfim, demonstra que a barbárie não é invenção nacional, mas uma componente do presente do capitalismo globalmente considerado<sup>7</sup>.

Retomando o fio da meada: esta configuração social tampouco foi substancialmente modificada com o fim da escravidão; de fato, ela parece ter sido até mesmo agravada, já que os escravos libertos foram pura e simplesmente abandonados, da noite para o dia, ao deus-dará: às formas mais precárias de sobrevivência. Condenados, enfim, à miséria e à exclusão

---

<sup>7</sup> Essa concepção aparentemente deriva das obras de Fernando Novaes e dos esforços teóricos desenvolvidos pelo Grupo do Seminário em São Paulo entre 1958 e 1964. Cf., Novaes, Fernando *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* e Schwarz, Roberto, “Um seminário de Marx”, in *Sequências Brasileiras* (1999), p. 86-105.

social – embora talvez a história pudesse ter sido diversa caso a classe dominante de então tivesse adotado medidas efetivas para integrar o negro na vida social pós-escravidão. O fato de ela não ter feito isso revela seu projeto histórico, além de um traço perverso de seu comportamento social, posto que, com tal descaso, ela perpetrou uma espécie de genocídio no país – traço que teria ainda graves consequências para o processo social brasileiro. Aliás, talvez resida nesse aspecto a origem de seu inédito e vasto campo de manobra em relação às questões sociais e políticas da sociedade brasileira identificado não apenas pelo Grupo do Seminário como pelo próprio Schwarz em seus estudos sobre Machado de Assis.<sup>8</sup>

Ainda conforme o raciocínio do autor, semelhante estrutura social apresenta muitas implicações: não seria a menor destas o fato de ela exigir a exclusão social dos pobres por necessidade do modo de inserção internacional do país. Dessa forma, a exclusão social seria estrutural – e não meramente conjectural. A escancarada desigualdade social e econômica dela resultante implicaria ainda a desigualdade cultural: a classe dominante teria nessas condições acesso à cultura internacional no campo das artes, da literatura, do cinema e do pensamento, enquanto aos pobres não restaria alternativa senão cultivar suas próprias manifestações, sempre elaboradas em condições adversas ou precárias e não socialmente legitimadas – cujas consequências em longo prazo eclodiriam no século XX, como veremos mais adiante.

Enfim, a análise do mal-estar - identificado por Sílvio Romero - na cultura brasileira, considerada pelo ângulo dialético empregado por Schwarz conduz a uma verdadeira inversão dos termos em questão: o caráter de cópia da cultura produzida no Brasil seria resultante da própria estrutura socioeconômica do país - de suas desigualdades brutais – e não de questões raciais. Nesse sentido, o mal-estar adentra o século XX, visto não poder ser resolvido com facilidade ou tampouco devidamente balizado pela crítica ou pela produção cultural local, apesar dos esforços de alguns modernistas nessa direção – como seria o caso da antropofagia oswaldiana, considerada pelo crítico literário como ousada e inovadora por ser capaz de inverter a relação entre países dominantes e dominados, além de vislumbrar um tipo diverso de sociedade futura; no entanto, ela comportaria um traço de ingenuidade por supor ser isso possível. De modo análogo, o modernismo local teria oferecido, contra a visão até então predominante, uma maneira de encarar o país capaz de valorizar nossas eventuais

---

<sup>8</sup> Sobre o assunto Cf., SCHWARZ, “Um seminário de Marx”, in *Sequências Brasileiras São Paulo*, Editora Companhia das Letras, 1999, p. 86-105 e “Na periferia do capitalismo. Entrevista in *Sequências Brasileiras*, op. cit., p. 280-306.

desvantagens, que passaram a ser concebidas como vantagens aptas a nos tornar “superiores aos colonizadores, encarados como obsoletos e ultrapassados”- visão que, embora ufanista, teria contribuído para a inserção do país no cenário cultural internacional.

### III

Em um ensaio hoje célebre publicado originalmente em 1969 – durante o período mais terrível e truculento da ditadura - intitulado “Literatura e subdesenvolvimento”<sup>9</sup> Antonio Cândido elabora uma espécie de cartografia das lentas transformações verificadas no modo de a literatura ou da produção cultural perceber o país; nessa perspectiva, identifica desde a década de 1930 a existência de um processo marcado por acentuado esforço para entender sua efetiva situação – em outras palavras, destinado a romper o véu das idealizações tradicionais ou das ideologias políticas nacionalistas ou ufanistas.

No referido ensaio, Candido registra a superação do que chamou de “consciência amena de atraso”<sup>10</sup> - correspondente à situação de “país novo” – em direção a uma consciência diversa, capaz de acentuar não o que o Brasil tinha potencialmente em excesso – operação ideológica cara à tradição ufanista -, mas no que era deficitário, atrasado, etc. Ou seja, com essa radical mudança de foco, começava nesses anos a despontar uma consciência que pouco depois seria capaz de reconhecer a feição nada enobrecedora do país e de identificar suas contradições mais gritantes, como a referente à condição miserável da maioria da população ou de suas diversas regiões. Essa nova percepção de nossa condição – ainda segundo Candido – teria se manifestado, em sua forma mais vigorosa, no romance *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, prenunciando o quê o crítico literário denomina de “consciência catastrófica do atraso”, que conheceria forte predominância na vida cultural e política após 1950.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> CANDIDO, A. A literatura e subdesenvolvimento in **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Ática, 1987. Publicado no Brasil originalmente em 1973, Revista Argumento 1.

<sup>10</sup> CANDIDO, A. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p. 142.

<sup>11</sup> Cf. Candido, Literatura e Subdesenvolvimento, obra citada, p. 142. Notar também que nessa matéria “os romancistas precederam os sociólogos e economistas”, conforme anota um teórico dependentista. Nessa perspectiva, no ensaio mencionado acima Candido registra que o romance regionalista do Nordeste e de cunho social, originário da década de 1930, embora de índole naturalista - que há muito estava superado na Europa e mesmo na América Latina – foi repotencializado (e transformado) pela situação brasileira, de modo a ter ainda significado.

Decorrente de uma espécie de constelação de fatores diversos a “consciência catastrófica do atraso” motiva novas posturas, que buscam analisar ou enfrentar o subdesenvolvimento. De fato, “erradicar a realidade cruel do subdesenvolvimento” - para usar a formulação precisa de Paulo Emílio Salles Gomes<sup>12</sup> – parecia ter se tornado a palavra de ordem do momento. Para tanto, muito contribuiu então a teoria da dependência desenvolvida por Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra a partir das concepções de Andre Gunder Frank, que entre outras obras escreveu *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*<sup>13</sup>.

Peço licença ao leitor para mais uma vez interromper o raciocínio – espero que produtivamente – a fim de realçar a importância dessa Teoria no tocante ao entendimento fértil e dialético tanto da situação brasileira quanto do próprio subdesenvolvimento que afligia a América Latina. Sua origem está relacionada aos problemas concretos experimentados pelos países da região; em particular, pelas possibilidades - então sentidas como efetivas - de neles se promover o desenvolvimento autônomo: de se estabelecer um conseqüente processo de industrialização em compasso com um projeto nacional democrático, para dizer de outro modo. Com efeito, o fim da guerra mundial dava novo alento às iniciativas econômicas por toda parte gerando ao mesmo tempo esperanças concretas de desenvolvimento e de autonomia.

O caso da América do Sul era nessa direção exemplar: esse sentimento tinha então aqui um alicerce histórico, pois após 1929, com a grande crise do capitalismo, os países da região conheceram relativa independência em relação aos que tradicionalmente os exploravam economicamente – fenômeno que se prolongou até por volta de 1950. Em tais condições, puderam promover – como no Brasil – uma industrialização efetiva<sup>14</sup>, inclusive com a construção de indústrias de bens de produção ou de infraestrutura e não apenas de bens voltados ao consumo rápido, como tradicionalmente costumava ocorrer em nossa história econômica. Puderam, assim, de modo inusitado, dirigir e orientar a industrialização local, fato até então pouco provável.

---

<sup>12</sup> GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980. Publicado originalmente em 1973, Revista Argumento 1.

<sup>13</sup> FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. Originalmente publicado em Monthly Review, v. 18, n. 4, set. 1966. Originalmente publicado em Monthly Review, vol. 18 n.º.4, setembro de 1996.

<sup>14</sup> Convém não exagerar o alcance da afirmação. João Manoel Cardoso de Mello e Fernando Novaes sustentam que “nossa industrialização não deixou de ser um desses milagres; resultou antes de condições favoráveis, para as quais pouco concorremos”. Cf., “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” in Schwarcz, Lilia Moritz, História da vida privada no Brasil, São Paulo, Cia das Letras, v. 4, p. 645, 1998.

A Teoria da dependência concebe serem os problemas dos países subdesenvolvidos determinados não exclusivamente por seus aspectos internos ou pela falta de desenvolvimento, mas como decorrentes da própria expansão e dinâmica dos países desenvolvidos<sup>15</sup>. Dizendo melhor: o subdesenvolvimento seria um fenômeno histórico relativo à formação capitalista; mais precisamente, resultado do modo com que as colônias latino-americanas foram inicialmente estruturadas pelas diferentes metrópoles, que nelas teriam introduzido uma estrutura voltada para o comércio mundial, ou seja, integrada ao mercantilismo e ao capitalismo – que passava dessa forma a ser encarado como um sistema mundial produtor ao mesmo tempo tanto do desenvolvimento quanto do subdesenvolvimento. Segundo essa concepção – bastante avançada, como se pode notar -, mesmo as relações de classe vigentes em um país dependente ou subdesenvolvido – como era o caso do Brasil - eram em grande medida decorrentes de aspectos externos, fato que aqui implicou a consciência de que o desenvolvimento nacional e democrático necessariamente exigiria a transformação de tais relações – e o enfrentamento de interesses externos, aspecto que não deixou de ter consequências explosivas durante a década de 1960, conforme já anotou o mesmo crítico literário.

Esta concepção tem amplas consequências: dentre estas, cumpre destacar a que demonstra ser uma ilusão a existência de um dualismo estrutural no Brasil, como sustentaram alguns autores - dentre os quais Jacques Lambert e, em outro extremo, Celso Furtado -, além dos teóricos diretamente relacionados com os vários Partidos Comunistas do continente. Para dizer mais claramente: a teoria da dependência promoveu crítica radical da visão dualista, que reconhece a existência de uma parte moderna ou capitalista e outra arcaica, atrasada e feudal em um mesmo país. Segundo a concepção proposta por Frank e outros teóricos, as desigualdades internas de um país não resultariam de tal dualismo estrutural nem tampouco da suposta existência do feudalismo, mas da própria estrutura interna criada e imposta pela metrópole; por sua dinâmica de exploração da colônia, para dizer de outro modo.

---

<sup>15</sup> André Gunder Frank, por exemplo, salienta ter sido o desenvolvimento europeu no século XVIII fundamentalmente fruto da expropriação colonial dos países da América Latina: a Europa nesse período não teria gerado riqueza, mas teria financiado seu desenvolvimento com o capital que extraía das colônias do continente americano. Cf., “O desenvolvimento do subdesenvolvimento no Brasil. in *Capitalismo e subdesenvolvimento em América Latina*. (1965). Texto completo disponível em: <<http://www.eumed.net/courseon/textos>>. Acesso em: janeiro-2019

## IV

Concluído o realce, retomemos o fio da argumentação. Na nova conjuntura histórica – marcada pela eclosão da “consciência catastrófica do atraso” – a reflexão sobre o subdesenvolvimento adquiriu enorme impulso. Ela se dedicou a esclarecer a origem do fenômeno, sua dinâmica e implicações, além de verificar a possibilidade de sua superação. Roberto Schwarz assim se referiu ao período:

Talvez se possa dizer que naqueles anos tumultuosos, de culminação e crise do nacionalismo desenvolvimentista, o qual trouxe à cena a massa dos excluídos e os prometia integrar (ilusão ou não), a experiência da história empurrou parte da intelectualidade a se desapequenar. A teoria social desenvolvidas nas universidades dos países hegemônicos passava a ser examinada com olhos críticos, a validade geral de seus consensos sociológicos e econômicos deixara de ser ponto pacífico, e mesmo seu lado mediocremente apologético foi notado. Com isso, a discussão sobre o subdesenvolvimento adquiriu uma representatividade contemporânea inédita, que abria perspectivas ao pensamento de oposição também no mundo desenvolvido. A circulação mundial da obra de Celso Furtado e da Teoria da Dependência, sem falar no destaque alcançado por artistas latino-americanos do período, dá testemunho desse interesse acrescido. Com altos e baixos, a floração do marxismo e da dialética no continente expressava e formulava esta repolarização dos pontos de vistas, que impregnou de história e contradição a questão dita técnica da luta contra o atraso.<sup>16</sup>

Nessas condições históricas, “a realidade cruel do subdesenvolvimento” se impôs então tanto à reflexão de caráter social mais avançado quanto à quase totalidade da produção cultural; de fato, ela impregnou o imaginário e o universo da estética: teatro, música, literatura, cinema – que experimentaram suas consequências negativas de modos vários – passaram a cultivar os temas e aspectos por ela implicados, além de tentarem forjar formas adequadas para expressá-la. De qualquer modo, conheceram nesses anos extraordinária fermentação, logrando mobilizar um público considerável sequioso “por participar a seu modo da luta contra o subdesenvolvimento” – que, apesar do golpe civil-militar de 1964, perdurou até 1968 - levando inclusive Roberto Schwarz a considerar ter então o país ficado

---

<sup>16</sup> SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx in **Sequências brasileiras**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999, p. 100.

“subitamente inteligente”<sup>17</sup>. Não passará despercebido ao leitor atento o fato de estarem assentadas nesse processo as raízes da radicalização ideológica e política da produção cultural no país após 1964, que o AI-5 de dezembro de 1968 tentou estancar – ou melhor, exterminar.

É a época da explosão da música popular brasileira, do Teatro Oficina e do de Arena (ambos em São Paulo), do cinema-novo - que com Glauber Rocha e sua estética da fome conheceu extraordinária importância, “inclusive se tornando referência aos cineastas e ao público dos países hegemônicos ou fortemente industrializados”: seus filmes não veiculavam realidades exóticas de um país quase desconhecido ao público europeu ávido por excitações novas – modo de metamorfosear a luta política em objeto de distração e diversão para uma camada burguesa entediada, conforme Walter Benjamin<sup>18</sup> -, mas, ao contrário, mostrava a esse mesmo público a “realidade miserável conformada pela ação colonizadora de seus países nessas regiões quase esquecidas internacionalmente”, como observou ainda o crítico citado. Tudo bem pesado, isso não é certamente pouco. Afinal, trata-se da invenção – engenhosa, sem dúvida – de um novo modo de representar ou de dar voz estética à pobreza, à condição miserável de certas regiões ou populações – que serviu de estímulo a muitos filmes do cinema-novo.

Exemplar nessa direção é a realização em 1963 da versão cinematográfica de *Vidas Secas* por Nelson Pereira dos Santos, que enfatizou em alto grau a realidade devastadora do subdesenvolvimento. De fato, o romance de Graciliano apresenta

“enorme contenção verbal, uma expressão reduzida à elipse, ao monossílabo, aos sintagmas mínimos, para exprimir o sufocamento humano do vaqueiro confinado aos níveis mínimos de sobrevivência - não apresentando torneio ou duelos, cavalcadas ou vaquejadas, nem qualquer vestígio de centaurismo que costumava aparecer nesse tipo de ficção em toda a América latina a fim de mostrar nosso exotismo, nossa coisa “típica”<sup>19</sup>;

O filme de Pereira radicaliza essa visão. Dessa forma, ele parecia um estranho sinal de alerta destinado a chamar a atenção sobre a persistência do subdesenvolvimento - apesar da

---

<sup>17</sup> SCHWARZ, Roberto. “Notas sobre Política e Cultura no Brasil 64-69” in **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978, p. 64-69.

<sup>18</sup> BENJAMIN, Walter. “O autor como produtor” in **Obras Escolhidas, vol. 1**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1985. Cfr. Também “Melancolia de esquerda”. Obra citada.

<sup>19</sup> . CANDIDO, A literatura e subdesenvolvimento, obra citada., p. 161.

industrialização, da agitação e das esperanças que esta despertava no país. Se o livro já não podia ser considerado como regionalista, o filme superava decididamente esse aspecto ao sugerir, por sua construção minimalista, serem os personagens centrais não apenas vítimas da seca, mas, sobretudo da estrutura de classes do país e da situação deste: em outros termos, a narrativa cinematográfica permite a elaboração de vários níveis de significados, de maneira que os personagens podem ser vistos para além do que significam imediatamente – por exemplo, como representantes da maioria da população brasileira oprimida e explorada ou, em outro nível, como se significassem o próprio país e sua inserção no cenário internacional, no qual era saqueado e oprimido de vários modos. Não por acaso, um jornalista estadunidense especializado em cinema viu na obra um caráter desesperançado: um efetivo chamamento à revolução.

Apesar dessa nova orientação da produção cultural brasileira, o mal-estar que a caracteriza permanentemente – para retomar nosso ponto de partida - não foi eliminado. Antonio Candido e Paulo Emílio S. Gomes<sup>20</sup> chamaram a atenção para alguns dos problemas fundamentais experimentados pela cultura cinematográfica ou literária em país subdesenvolvido, como a imposição de temas ou de problemas que interferem negativamente até mesmo no estilo dos autores, por um lado, ou de seus modos insólitos de relacionamento com o público, por outro. De fato, em sua maior parte este era composto por parcela insignificante da população – como no tempo de Silvio Romero -, já que a maioria desta estava condenada ao analfabetismo ou à luta diária – e árdua – pela sobrevivência material. Candido registra serem os “incultos” – a maioria – excluídos da leitura e do consumo literário, fato que fragilizaria verdadeiramente a natureza da produção literária devido à quase inexistência de um verdadeiro sistema literário no país; Salles Gomes sustenta ser o público local formado pela estética incipiente e simplista do cinema estadunidense, de modo que para este o exemplo de cinema sempre seria dado pelos filmes estrangeiros, notadamente os provenientes da América do Norte. Em outras palavras: o cinema que contava para os colonizados (que Candido chama de “incultos”) era justamente o fornecido pelos países colonizadores – o quê “caracterizaria um tipo especial de alienação”. Em contrapartida, o cinema brasileiro – que teria na “chanchada carioca um exemplo raro de identidade com o

---

<sup>20</sup> Candido, A. Literatura e Subdesenvolvimento; Salles Gomes, P.E.; Cinema: trajetória no subdesenvolvimento, já citadas.

público local e um exemplo digno no Cinema-Novo” - morreria de inanição no país, embora obtivesse reconhecimento internacional por suas excepcionais virtudes.<sup>21</sup>

## V

Essa situação esdrúxula – configurada pelo referido mal-estar - não deixou de fomentar várias interpretações ou tentativas de resolver a questão, também abordadas criticamente por Roberto Schwarz. Dentre essas, cumpre destacar os vários matizes de nacionalismo, seja à direita ou à esquerda, sempre dispostos a defender o isolamento cultural e a recusar as influências estrangeiras, como se elas fossem a causa do mal-estar ou pudessem corromper o “caráter” brasileiro. O raciocínio típico adotado por eles enseja o título irônico do ensaio de Schwarz, já que parecem conceber o nacional como resultado de uma operação de subtração. Outra postura notável nesse campo é a que não apenas recusa as influências estrangeiras - como se isso depurasse a cultura brasileira -, mas também seus aspectos presumivelmente burgueses: descontente com o caráter de classe da produção cultural do país, já que dela os pobres estavam estruturalmente excluídos, advogava uma espécie de duplo refinamento daquela - postura que conduziu a uma valorização apologética das manifestações culturais dos excluídos. Enfim, tratava-se de resolver o impasse ou o mal-estar mediante a criação de uma cultura nacional e popular – que, entretanto, logo se tornou um projeto insustentável historicamente. Derivada desta postura surgiu o movimento cultural organizado pela União Nacional dos Estudantes, a UNE, que propunha a criação de uma cultura nacional, popular e revolucionária – cuja entidade, porém, foi logo dizimada pelo estado terrorista implantado pela ditadura civil-militar instalada no país em 1964. Após 1968, outra postura pareceu predominar nesse campo: a sustentada pelos “globalistas” – para manter a denominação proposta por Schwarz. Estes são adeptos ou entusiastas das tecnologias de comunicação de massa e da indústria cultural global, cujos produtos celebram acriticamente –

---

<sup>21</sup> Convém lembrar que Jean Claude Bernadet concebe ser a produção cinematográfica um “campo de luta”. Ou seja, o cinema envolve uma disputa internacional pelo controle da produção e distribuição de filmes – pela conquista de públicos cada vez mais vastos, portanto - implicando assim confrontos entre as várias indústrias cinematográficas nacionais, além do controle ou da extinção destas pela que se impõe como hegemônica. Cf., *O que é o cinema*, Bernadet, J.C. São Paulo: Ed. Brasiliense, coleção Primeiros Passos.

além de se alinharem “com o poder como quem faz uma revolução.”<sup>22</sup> Desse modo, desdenham de qualquer esforço cultural de orientação nacionalista – que de fato se tornou um anacronismo e uma posição perdida -, mas, em contrapartida, “imaginam um mundo sem fissuras e dotado dos mesmos valores culturais em todos os lugares, o que, por sua vez, é uma ilusão”.<sup>23</sup> Resumindo a questão: para Schwarz, pode-se hoje, ao gosto do freguês, “escolher entre esses dois equívocos”. Enfim, cumpre ainda destacar, como já foi acima sugerido, que a chave do entendimento e da análise consequente do processo cultural brasileiro – ou de qualquer outro país – reside na dialética entre o particular e o universal: este determina o particular, mas, por sua vez, é também por ele determinado.

## VI

O processo desenvolvimentista é bruscamente interrompido em 1964 com a verificação do golpe civil-militar, que tanto acarretou a retomada da satelização do país pela nova metrópole do pós-guerra, os EUA - para usar a expressão de Andre Gunder Frank - quanto a transformação da burguesia local em sócia menor da burguesia internacional. Em outras palavras: tanto inviabilizou a construção de uma industrialização autônoma - acompanhada de conquistas e realizações democráticas – quanto sepultou de vez a esperança de que a burguesia nacional pudesse capitanear semelhante processo.

Com o golpe, os militares criaram um tipo de Estado Terrorista, que objetivou extirpar toda forma de oposição – notadamente as instituições e as organizações políticas dos trabalhadores - além de proibir a vida política e de dizimar o parlamento. Apesar disto, a produção cultural impregnada pelos ideais desenvolvimentistas e pelo desejo de combater o subdesenvolvimento não arrefeceu; ao contrário, conheceu entre 1964 e 1968 extraordinária “radicalização política e ideológica”<sup>24</sup>, que se manifestou de forma integrada nos vários meios expressivos. Esta radicalização a levou a cultivar temas supostamente capazes de expressar os anseios populares e a consequente mudança social, trazendo para o primeiro plano a transformação do próprio papel social do intelectual ou sua aliança com os setores populares –

---

<sup>22</sup> SCHWARZ, R. Nacional por subtração, obra citada, p. 34.

<sup>23</sup> Idem, ibidem, p. 34.

<sup>24</sup> Schwarz, Roberto. Notas sobre política e cultura. in O Pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

além da transformação do papel social da mulher. No caso da literatura são expressivos dessa radicalização os romances *Quarup* de Antonio Callado e *Pessach, a travessia* de Carlos Heitor Cony, assim como no caso do cinema é decisivo o filme de Glauber Rocha *Terra em Transe*, todos aparecidos em 1967. As duas obras literárias apontadas são das primeiras a construir uma narração contrária ao golpe; ambas narram a construção de processos revolucionários destinados a transformar o país – no caso de *Quarup* a revolução, concebida como popular, nasceria em Pernambuco e se espalharia em seguida para as demais regiões. Este romance manifesta ainda enorme valorização da cultura popular e do que considera autenticamente nacional – esforço para superar o mal-estar tradicional da vida cultural brasileira -, em contrapartida, no de Cony a narração se reporta ao nascimento da luta armada – nos moldes da guerrilha - contra a ditadura<sup>25</sup>, o que equivale a dizer que também em política os excluídos, os pobres, os incultos, não teriam participação direta: seriam apenas sujeitos aparentes dela.

Em dezembro de 1968 os militares decretaram o Ato Institucional nº 5, que instaurou no país o “Estado de Exceção” e estendeu o terror estatal a todos os setores sociais. Com isso, pretendiam, no plano civil, alcançar a total submissão do cidadão; no plano político, a supressão de toda forma de oposição - que gerou truculenta e cruel repressão aos partidos políticos clandestinos, implicando ainda a adoção da tortura e do aniquilamento como métodos estatais cotidianos de ação, de combate e de intimidação; no plano cultural, calar a voz da sociedade e erradicar a relação entre a cultura e a política verificada no pós-1964 por meio da adoção de formas radicais de censura à produção cultural e de feroz repressão à vida universitária. Nesse sentido, talvez fosse mais adequado caracterizar o estado ditatorial brasileiro pós-68 como um “Estado Exterminista”<sup>26</sup>, como também o foram posteriormente o Estado Chileno e o Argentino.

A existência de um Estado Exterminista requer, como em uma guerra – e ele não deixava de fazer parte de uma, iniciada em 1954 com o golpe patrocinado pelos EUA na Guatemala, que instaurou a contrarrevolução preventiva na América Latina, conforme salienta Paulo E. Arantes<sup>27</sup> – o controle do fluxo de informações e do que o cidadão pode ou não saber. Em outras palavras: ele requer também o extermínio da cultura local, em especial

---

<sup>25</sup> Sobre a trajetória dos romances no período ditatorial, cfr. Franco, R. Itinerário político do romance pós-1964: A Festa. São Paulo, Editora UNESP, 1998.

<sup>26</sup> O conceito foi usado por Arantes em “1964” in *O novo tempo do mundo*, São Paulo: Ed. Boitempo, 2014; também por Paul Virilio & Sylvere Lotringer in *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo, Ed Brasiliense, 1984.

<sup>27</sup> ARANTES, P.E. “1964”. in *O novo tempo do mundo*, São Paulo, Editora Boitempo, 2014. p. 294 e segs.

daquela capaz de identificar e equacionar os problemas do país ou das classes populares – nesse caso, a erradicação tanto da herança cultural da década anterior quanto do modo artesanal de produzi-la; ou seja, da produção cultural relacionada com o nacional-desenvolvimentismo, que, como acima sugerido, mantinha a esperança de elevar as camadas populares à condição de cidadania - com direito à vida cultural, portanto.

O Estado Exterminista exige ainda, além do aniquilamento da voz da sociedade, o extermínio da possibilidade da construção da memória social. De fato, a política da terra arrasada, por ele adotada - que implica o uso truculento da censura e da repressão - requer a erradicação radical da memória dos vencidos: ela precisa exterminar a memória do que um dia foi possível na história, assim como as imagens de lutas e de resistências passadas, com o objetivo de impedir sua transmissão às gerações futuras. Ela ambiciona tanto interromper a tradição dos oprimidos quanto soterrar sua história, transformando-a em um “cenário de ruínas que não param de crescer”, para parafrasear Walter Benjamin. Dessa maneira, os vencidos seriam também despojados da capacidade de identificar “os momentos de perigo”: não seria esse um dos objetivos básicos das empresas de comunicação, que se consolidaram no país em sua forma moderna nesse período? Desmantelar tal tradição e tal memória por meio da apropriação do processo de sua transmissão, que seria embalado por elas com o papel dourado do conformismo? E por acaso este não se reveste de formas e modos que tornam agradável tal transmissão, de maneira a torná-la até mesmo desejável por suas vítimas, conforme a anotação perspicaz de Adorno e Horkheimer no capítulo referente à indústria cultural? Além disso, com tal política, o Estado Exterminista também lograria suprimir os vestígios de sua própria atuação e manifestação, soterrando – isto é, relegando ao esquecimento - as atrocidades por ele perpetradas.

Enfim, talvez seja até mesmo necessário recorrer a uma imagem dramática a fim de melhor caracterizar o alcance da lógica exterminista do Estado militar na vida cultural: ela teria logrado efetuar uma espécie de lobotomia na memória coletiva, particularmente na das classes oprimidas.<sup>28</sup>

Relembremos nesse ponto o que foi afirmado acima (item II) a respeito da desigualdade de classes gerada pela estrutura social brasileira: aos pobres não restaria

---

<sup>28</sup> A relação entre censura e lógica Exterminista pode indicar que a censura foi também instrumento não apenas para erradicar a cultura de esquerda, típica da década de 1960, como também para estabelecer uma modernização das condições materiais da produção cultural. Ela teria facilitado a consolidação da indústria cultural no país, com as redes de televisão à frente. Cf., de minha autoria, *Censura e modernização cultural à época da ditadura*, in Revista Perspectivas, São Paulo, Ed UNESP, v. 20-21, p. 77-92, 1997-1998.

alternativa senão cultivar suas próprias manifestações, sempre elaboradas em condições adversas ou precárias e não socialmente legitimadas. As consequências históricas dessa condição tornam-se agora notáveis: o abandono cultural de que foram vítimas seculares fornece o solo para o estabelecimento da indústria cultural no Brasil. Em 1969, Antonio Candido sustenta em “Literatura e subdesenvolvimento” ser possível

Imaginar que o escritor latino-americano esteja condenado a ser sempre [...] um produtor de bens culturais para minorias, embora no caso esta não signifique grupos de boa qualidade estética, mas simplesmente os poucos dispostos a ler. Com efeito, não nos esqueçamos que os modernos recursos audiovisuais pode motivar uma tal mudança nos processos de criação e nos meios de comunicação, que quando as massas chegarem finalmente à instrução, quem sabe irão buscar fora do livro os meios de satisfazer suas necessidades de ficção e poesia. [...]na maioria de nossos países há grandes massas ainda fora do alcance da literatura erudita, mergulhada em uma etapa folclórica de comunicação oral. Quando alfabetizadas e absorvidas pelo processo de urbanização [...]constituem] a base de uma cultura de massas, [...]impondo-lhes valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura.<sup>29</sup>

Se lermos a passagem acima substituindo a expressão “literatura” por “cultura” e se não fizermos nenhuma leitura etapista dela veremos que Candido antevê a permanência da exclusão dos pobres da vida cultural, ainda que o continente experimentasse forte processo de urbanização. Ele registra a possibilidade da população pobre e culturalmente carente não chegar jamais a ter acesso à produção cultural por ele denominada de “cultura”, ou seja, de natureza crítica e capaz de suscitar a formação de subjetividades autônomas – humanizando o homem em sentido forte, portanto - já que, com a urbanização, seria presa da cultura de massas, entendida aqui - sem qualquer viés apocalíptico - como cultura de caráter tecnológico (“recursos audiovisuais”) e, nesse sentido, requerendo grande concentração de capitais, os quais proviriam de países aspirantes a construir uma forma completa de hegemonia global, que inclui a cultural – resultando em um tipo de alienação, que Candido prefere não nomear diretamente, mas que é o significado da expressão “imposições de valores duvidosos”, por ele utilizada. É de se notar que a visão proposta por Candido não comporta o elitismo cultural ou

---

<sup>29</sup> CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento, obra citada, p. 144-145.

o apego a valores culturais tradicionais – como poderia pensar o leitor descuidado -, além de servir ainda para refutar a visão eufórica dos “globalistas”, acima referidos.

Para voltar ao caso da literatura, é elucidativo verificar como a produção literária pós-68 foi (gravemente) afetada por semelhante conjuntura histórica e política. No caso da poesia, desponta a chamada “geração do mimeógrafo”<sup>30</sup>, que expressou a sensação de “sufoco ou esquartejamento” dominante na primeira metade da década de 1970 – em que a política exterminista conheceu seu auge – por meio de publicações independentes, com poucos recursos, externas ao mercado editorial, e da adoção de uma dicção lírica apegada ao cotidiano. No caso do romance, aparecem algumas poucas obras que manifestam em suas tramas narrativas um afastamento cético em relação às possibilidades cultivadas pelo romance da década anterior. Elas demonstram notável desconfiança tanto em relação à eficácia do engajamento revolucionário da obra ou do escritor quanto da possibilidade de transformação social; por força da lógica social repressiva, também expressam a derrocada do pacto político entre intelectuais e massas trabalhadoras, que nutriu a produção cultural anterior a 1968. Tal derrocada suscita, por um lado, a sensação de desgarramento histórico do escritor enquanto personagem – que se vê assim afastado das camadas populares e sem ter a quem se dirigir concretamente, agravando dessa maneira o mal-estar presente na vida cultural do país -, por outro, a configuração literária do massacre das massas desiludidas como em *Cidade Calabouço* (1973), de Rui Mourão. Exemplares desse tipo de romance são *Os Novos* de Luís Vilella e, sobretudo, *Bar Don Juan* de Antonio Callado, ambos de 1971.

## VII

Arriscando uma improvável volta a mais no parafuso – a fim de relacionar o que a realidade teima em separar -, o Estado Exterminista foi objeto de contenção parcial (“lenta e gradual”) a partir de 1975, presumivelmente tendo em vista o fim do ciclo ditatorial e a preparação da transição, sem maiores solavancos, para a democracia. Contenção que, além de instalar aqui o que Paulo Arantes denomina de “Era da Impunidade”<sup>31</sup> – a exigência de

---

<sup>30</sup> Sobre esse assunto, Cf. De Holanda, Heloísa Buarque, *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960-70*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2. ed., 1981.

<sup>31</sup> ARANTES, P.E. 1964, obra citada.

radical esquecimento dos acontecimentos desse período recente da história nacional por todos os setores sociais, com conseqüente anistia geral – serviu também para conformar a vida política do país de maneira a eliminar qualquer radicalismo ou tentativa de transformação social. Vista desse ângulo, a contenção do “choque ditatorial” parece ter instalado um pacto social “não-escrito” – ainda segundo Arantes - , pelo qual ficaria estipulada a obediência à moderação –, que, por seu turno, não deixou de causar impacto no imaginário e nas questões estéticas do país.

O processo de contenção gradual do Estado Exterminista acarretou graves conseqüências para a configuração do que viria, já que ele foi direcionado aos setores da classe dominante – ou daqueles que em torno dela gravitam – descontentes com os rumos que a ditadura militar tomou; entretanto, pouco ou quase nada foi feito em prol dos excluídos, das classes subalternas ou dos trabalhadores, que continuaram a ser vigiados e punidos – de maneira que é possível dizer ter a ditadura continuado a existir para a ralé, para os subcidadãos, conforme anota Arantes, ainda no referido ensaio, a partir de uma observação do sociólogo Jessé de Souza. Em outras palavras: a chamada transição democrática desembocou na afirmação de um tipo de democracia “a lá brasileira” - ela mesma resultante do Terror ditatorial – capaz de oferecer leis e dispositivos jurídicos aptos a garantir direitos para a população branca pertencente à classe dominante. Nesse sentido, a rigor, talvez nem seja correto afirmar a presença de um Estado de Direito no Brasil, mas apenas a de um Estado oligárquico de direito, como sugere ainda Paulo Arantes.<sup>32</sup> Essa orientação geral do período pós-ditatorial não impediu, contudo, que alguns setores da produção cultural e uns poucos autores lograssem a proeza - formidável em todos os aspectos - de voltar a produzir obras capazes de equacionar a situação do país ou das camadas subalternas ou exploradas, como é o caso do romance *Cidade de Deus* de Paulo Lins e o filme *Cronicamente inviável*, de Sérgio Bianchi.

Antes de prosseguir, seria conveniente lembrar que a contenção da lógica exterminista adotada pelo estado ditatorial no país implicou se não um tênue afrouxamento da censura – muito provavelmente porque os objetivos estratégicos dos militares tinham sido alcançados – ao menos uma distensão dela em relação aos meios expressivos de menor alcance social, como é o caso da literatura, que exige para sua produção ou consumo apenas a disposição individual. Os meios expressivos que requerem capitais ou abarcam públicos coletivos, como

---

<sup>32</sup> ARANTES, P. E. 1964 in obra citada, p. 292.

o teatro, a música popular e o cinema, continuaram fortemente vigiados e controlados após 1975. Esta condição permitiu à literatura – talvez percebida pelos donos do poder na ocasião como um anacronismo diante da expansão da indústria cultural, por eles estimulada e concebida como fator de modernização no campo cultural - assumir, talvez pela última vez, um papel social de enorme relevância. O romance, por exemplo, adquiriu súbita importância, de modo que lê-los passou a ser um ato político, um gesto individual de oposição e de resistência à ditadura. De fato, eles desenvolveram, frequentemente recorrendo a procedimentos literários oriundos do modernismo ou das vanguardas artísticas – como o uso da montagem e do fragmento - temas ou assuntos até então recalcados ou proibidos pela censura, que assim impedia o cidadão de conhecer tanto os episódios da história política recente quanto as atrocidades cometidas pela ditadura civil-militar – constituindo-se dessa forma em importante meio para a construção da memória social da época. Eles narraram pioneiramente a contrapelo; romperam o silêncio socialmente imposto e lograram oferecer uma visão dos acontecimentos de uma perspectiva dos vencidos, radicalmente diversa da versão oficial dos acontecimentos. Desse modo, abordaram temas diretamente decorrentes da experiência ditatorial, em sua maior parte geradoras de mutilações de toda ordem: a desagregação das relações sociais; a desestruturação de um tipo de subjetividade e o consequente processo de enlouquecimento dos indivíduos; a perplexidade e desorientação diante das súbitas transformações sociais; a eclosão e a intensidade da violência da repressão política; a violência que, em decorrência, atingiu e contaminou a vida urbana de então; o emaranhado burocrático do estado e o desamparo do indivíduo - destituído de qualquer direito e exposto às arbitrariedades e volubilidade do poder; a tortura; a percepção fragmentada do caos da existência; os efeitos perversos do impacto da técnica no cotidiano; a imposição autoritária de comportamentos; o medo diante do Estado militarizado; o aviltamento do sexo, da morte, do trabalhador; episódios da luta de classes verificados então no país, entre outros – temas que inicialmente aparecem com destaque em *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão para se tornarem mais ou menos comuns a toda produção romanesca imediatamente posterior a 1975. Dentre essa produção, que pode ser propriamente denominada de “de resistência”<sup>33</sup>, cabe destacar as obras do memorialismo político, como *Em Câmera Lenta* de Renato Tapajós e *O Que é isso, Companheiro?* de Fernando Gabeira. Entre os romances, destacam-se pela

---

<sup>33</sup> Sobre esse conceito, Cf., *Itinerário político do romance pós-64: A festa*, (Franco, 1998) em especial p. 122-142.

radicalidade estética e política o citado *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, *A Festa*, de Ivan Ângelo e *Quatro-Olhos*, de Renato Pompeu, todos publicados entre 1975 e 79.<sup>34</sup>

Especialmente significativo nesses anos de contenção do choque ditatorial é o caso do filme *Cabra marcado para morrer* de Eduardo Coutinho – analisado por Roberto Schwarz em breve ensaio intitulado “O fio da meada”<sup>35</sup>. O filme começou a ser rodado em 1964, no sertão nordestino, tomado por lutas populares em atmosfera marcada pela referida aliança entre estudantes, intelectuais e trabalhadores rurais da região. O foco da obra seria dado pelas lutas populares em busca de justiça e da realização de suas aspirações. Entretanto, com o golpe de 1964, a região é tomada pelas forças policiais repressivas e o filme é impedido de ser realizado. Passados 20 anos Eduardo Coutinho retoma – com os mesmos atores e personagens – a filmagem, mas com o foco no que ocorreu a estes no período. Desse modo, o filme acaba por testemunhar a brutalidade da ditadura e de seus efeitos para tais camadas sociais, já que narra as atrocidades por elas experimentadas.

## VII

Para recuperar o fio da meada e começar a concluir: o encerramento do ciclo nacional desenvolvimentista soterrou a possibilidade<sup>36</sup> - vislumbrada no horizonte histórico das décadas anteriores a 1964 - de se promover ou conquistar a integração nacional: em vez disso, ele estimulou concretamente um processo de desarticulação e fragmentação social, assim caracterizado por Roberto Schwarz no ensaio intitulado muito oportunamente “Fim de século”:

A falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja

---

<sup>34</sup> POMPEU, R. *Quatro-Olhos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. ÂNGELO, I. *A festa*. 3.ed. São Paulo: Ed. Summus, 1978. BRANDÃO, I. L. *Zero*. 3.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; TAPAJÓS, R. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

<sup>35</sup> SCHWARZ, Roberto. “O fio da meada” in *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>36</sup> Uma questão pertinente: talvez não seja correto imaginar ou pensar que não haveria alternativa fora da continuidade do desenvolvimentismo. Assim, retomar essa visão pode parecer algo melancólico e um estreitamento da imaginação política; porém, o mero registro de possibilidade outra atenua a afirmação, reconhecendo ser essa uma questão aberta e ainda pouco explorada pelo pensamento social ou político brasileiro.

dinâmica é a desagregação [...] Considerada desse ângulo, a desintegração nacional não é uma questão nacional, e sim um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo. As fragmentações locais são o avesso do avanço contemporâneo e de seu curso cada vez mais destrutivo e unificado.<sup>37</sup>

No plano cultural o cenário também não é alentador. A produção cultural de natureza autônoma verificada antes do golpe foi devastada pela política exterminista da ditadura durante a década de 1970 – como já ficou claro nesse ensaio –, fato que suscitou uma ruptura com a tradição cultural mais crítica e facilitou sobremaneira a adoção em todos os meios expressivos de padrões estilísticos e temáticos impostos pela produção cultural internacional, se não estadunidense. Desse modo, a vida cultural local passou a ser regida pelos ditames da indústria cultural e pelas modas internacionais – e, portanto, pelo mercado de bens culturais, disseminando o que Adorno chamou de “semiformação” ou “semicultura”, que fecha a porta de acesso à vida cultural efetiva. Nesse sentido, é emblemático o surto que o cinema conheceu com o financiamento de várias películas pela Globo Filmes, uma ramificação da poderosa rede de televisão no país. Como a maioria dos atores por ela empregados em seus vários filmes são oriundos das novelas – gênero em que essa rede televisiva se especializou a fim de disputar um lugar na divisão internacional da produção cultural –, eles apresentam uma estética fortemente televisiva e sentimental, que nada acrescenta à estética cinematográfica outrora produzida no Brasil. Um dos filmes produzidos por ela inclusive começa com imagens que remetem ao cinema novo – ao citado *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos – para em seguida desembocar em imagens estereotipadas sobre tráfico de drogas e conciliação entre as classes. Nas poucas vezes em que se logra escapar desse tipo de financiamento, contudo, o resultado não é melhor. Na maioria dos casos, os filmes narram um episódio local – tornado atração exótica para públicos internacionais – por meio ou de uma linguagem padrão do cinema internacional ou recorrendo a um tipo de animação supostamente sofisticada a fim de conquistar o mercado global. A literatura, que conheceu seu canto do cisne na segunda metade da década de 1970 durante a ditadura militar, conhece forte retração e perde prestígio, de modo que experimenta no máximo uma produção pouco significativa, embora algumas raras obras consigam algum destaque. Assim, a indústria

---

<sup>37</sup> SCHWARZ, Roberto. “Fim do século” in *Sequências brasileiras*, obra citada, p 160.

cultural inunda o mercado local com seus produtos, que, como destacaram Adorno e Horkheimer, funcionam como “guia para os perplexos”.

Para finalizar de fato: nesse contexto de agravamento da condição material dos trabalhadores e de falta de perspectiva histórica imediata para milhões de pessoas condenadas potencialmente ao desemprego ou à luta diária pela sobrevivência, vitimadas por uma alfabetização amplamente insuficiente e tornada objeto da indústria cultural – significando a condenação a uma vida cultural insatisfatória e precária – que caminhos restam para a produção cultural autônoma? Para dizer com mais propriedade: enfim, tornada empreitada subjetiva, resultante de um imaginário socialmente esvaziado, que pode ela ainda? A que linguagem recorrer? O que podemos dela esperar? E, mais fundamentalmente: o que esperar de uma Teoria Crítica diante de tal cenário? Questões dessa natureza são hoje as candentes.

### Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Zero à esquerda**. São Paulo: Ed. Conrad, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas, vol. 1**, São Paulo: Ed Brasiliense, 1985.

BERNADET, Jean-Claude. **O que é o cinema**. São Paulo: Ed. Brasiliense, coleção Primeiros Passos. 1981.

CANDIDO, Antônio. **A Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

DE HOLANDA, Heloísa Buarque, **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

FRANCO, R. **Itinerário político do romance pós – 1964: A Festa**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FRANCO, Renato Bueno. Censura e modernização cultural à época da ditadura. **Revista Perspectivas**, Editora UNESP, São Paulo, v. 20-21, p.77-92, 1997-1998.

FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. Originalmente publicado em **Monthly Review**, v. 18, n. 4, set. 1966.

GOMES, Paulo Emilio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Embrafilme/Ed. Paz e Terra, 1980.

NOVAES, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Ed. Hucitec, Coleção estudos históricos, 1979.

SCHWARZ, Roberto. **O Pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **Que Horas são? Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. **Guerra Pura: a militarização do cotidiano**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.